



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900

Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

O(A) Excelentíssimo(a) Sr(a). Dr(a). Juiz(íza) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que o Leiloeiro nomeado, BRUNO HENRIQUE LOPES, matriculado na JUCEPAR sob n.º 24/407-L, através da plataforma eletrônica www.brunoleiloes.com.br, devidamente homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0027597-26.2024.8.16.0019 – CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: ROGER RIBEIRO BOARETTO (CPF: 053.807.559-76)

EXECUTADO: GRAN CONTAINER LTDA. (CNPJ: 13.166.334/0001-81)

PRAZO: O prazo da venda é de **180 (cento e oitenta)**, com encerramento final no dia **11/01/2027**.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 421.578,48 (quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos), em 16 de junho de 2025, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 308. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01 01 (um) Container de 6,00 metros TRI 20, modelo escritório, com revestimento e ar condicionado, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 38.762,72 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), em 06 de julho de 2026; **02** 01 (uma) Betoneira, marca Menegotti., avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 3.322,52 (três mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos), em 06 de julho de 2026; **03** 01 (uma) Guarita., avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 13.290,08 (treze mil, duzentos e noventa reais e oito centavos), em 06 de julho de 2026; **04** 01 (uma) Máquina dobradeira, marca Fachini., avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 16.612,59 (dezesesseis mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e nove centavos), em 06 de julho de 2026; **05** 01 (um) Container, modelo almoxarifado., avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 19.935,11 (dezenove mil, novecentos e trinta e cinco reais e onze centavos), em 06 de julho de 2026; **06** 01 (um) Container, modelo almoxarifado, avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 19.935,11 (dezenove mil, novecentos e trinta e cinco reais e onze centavos), em 06 de julho de 2026; **07** 01 (um) Container vermelho, modelo escritório., avaliado em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 35.440,20 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos), em 06 de julho de 2026; **08** 02 (dois) Container, modelo escritório, sem ar condicionado, avaliado em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 35.440,20 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos), em 06 de julho de 2026; **09** 02 (dois) Container, modelo





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900

Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

escritório, com ar condicionado, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 38.762,72 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), em 06 de julho de 2026; **10**) 03 (três) Container, modelo almoxarifado., avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em 07 de abril de 2024. Atualizado para R\$ 19.935,11 (dezenove mil, novecentos e trinta e cinco reais e onze centavos), em 06 de julho de 2026; **11**) 01 (um) Container acoplado com banheiro e escritório, com ar condicionado e revestimento interno., avaliado em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), em 04 de julho de 2024. Atualizado para R\$ 94.138,04 (noventa e quatro mil, cento e trinta e oito reais e quatro centavos), em 06 de julho de 2026.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais). Atualizado para R\$ 335.574,40 (trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), com base nos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O VALOR DA AVALIAÇÃO SERÁ ATUALIZADO ATÉ A DATA DO LEILÃO.

VALOR MÍNIMO: R\$ 335.574,40 (trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)

Obs.: Caso haja interessados na aquisição **por valor inferior ao da avaliação**, as propostas serão consignadas nos autos após o encerramento da alienação, para análise e decisão judicial incidente.

DEPOSITÁRIO(A): Itens 01 ao 11) Karolayne Krutsch e Edson, Rua Avelino Rosa Neto, ao lado do nº. 319, Boa Vista, Ponta Grossa/PR.

ÔNUS: Itens 01 ao 11) Nada consta.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015, e débitos tributários serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

Em caso de imóveis, as custas para o registro da carta de arrematação junto ao Cartório de Registro de Imóveis são de responsabilidade do arrematante; bem como eventuais custas relativas ao cancelamento de ônus, indisponibilidades ou demais restrições constantes na matrícula do imóvel.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900
Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.brunoleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro ora nomeado, **BRUNO HENRIQUE LOPES**, JUCEPAR sob n.º 24/407-L, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (Leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.brunoleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.brunoleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900
Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado por valor não inferior ao da avaliação, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses;

II – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária pela Taxa SELIC;

IV – A garantia será prestada por meio de caução idônea, a qual ficará condicionada à prévia análise, aceitação e homologação pelo juízo competente. Na hipótese de não apresentação de caução considerada idônea, ou caso esta não seja aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e a imissão na posse do bem somente ocorrerão após a comprovação do pagamento integral dos valores da arrematação. Consideram-se exemplos de caução idônea: a) Seguro garantia e Fiança bancária, valor suficiente para segurar o saldo devedor da arrematação; e b) Imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a três vezes o valor da arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO NO CASO DE PAGAMENTO À VISTA:

A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO NO CASO DE PARCELAMENTO:

A comissão devida ao Leiloeiro será a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, sendo retida e paga proporcionalmente à medida que as parcelas forem sendo adimplidas. A primeira parcela da





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900

Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

comissão deverá ser paga pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I – Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

II – Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

III – Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido ao Leiloeiro, o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasso”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasso) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900

Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email contato@brunoleiloes.com.br.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irreatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado **Gran Container Ltda. na pessoa de seu(s)**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, Nº. 590, OFICINAS, PONTA
GROSSA/PR, CEP: 84035-900

Fone: (42) 99827-1211 – terceiracivelpg@hotmail.com

representante(s) legal(is), bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **www.brunoleiloes.com.br**.

Ponta Grossa/PR, 08 de julho de 2026

MICHELLE DELEZUK
JUÍZA DE DIREITO

